Flávio não reconhece derrota e pede anulação da eleição

Derrotado por Lula no segundo turno, candidato do PL questiona decisão de Zanin que ampliou horário de votação; presidente do TSE admite dificuldades na apuração

Por **Beatriz Matos**

O churrasco estava preparado, os foguetes aguardavam a hora de subir e a expectativa era de comemoração na casa do advogado Vicente Santini, amigo de Flávio Bolsonaro (PL), no Lago Sul, região nobre de Brasília. Vencedor do primeiro turno, o senador chegou ao domingo (25) cercado pela confiança dos aliados de que repetiria o resultado na disputa decisiva pela Presidência da República. Mas, à medida que os votos eram contabilizados, a festa perdeu força. A comemoração deu lugar ao silêncio e, depois, a uma reação que transformou o encerramento das eleições de 2026 em mais um capítulo de tensão política e institucional no país.

Derrotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Flávio se recusou a reconhecer o resultado das urnas e anunciou que pedirá a anulação da eleição. A reação repetiu a postura adotada por seu pai, Jair Bolsonaro, após a derrota presidencial de 2022, quando o então presidente também contestou o processo eleitoral. Desta vez, o argumento central foi uma decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a ampliação do horário de votação após denúncias de dificuldades no transporte público de eleitores na Bahia.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Flávio: "Impossível reconhecer o resultado da eleição"

"IMPOSSÍVEL RECONHECER"

Inicialmente, a previsão era de que Flávio não se pronunciasse. O silêncio, porém, foi rompido por um discurso de indignação contra o Judiciário. Diante dos aliados, o presidenciável afirmou que as regras haviam sido alteradas durante a votação e questionou a legitimidade do resultado.

"É impossível reconhecer o resultado das eleições nesse contexto. Vamos pedir a anulação dessas eleições", declarou.

Flávio acusou integrantes do Supremo de favorecerem o adversário e disse que jamais saberá quantos votos poderiam ter sido registrados nos locais onde as urnas já estavam encerradas quando saiu a decisão judicial. Também afirmou que fiscais do PL foram retirados da sala-cofre durante o episódio, acusação que exige apuração e não foi comprovada pelos documentos apresentados.

"Não vou aceitar que a regra do jogo tenha sido mudada em cima do jogo pelos amigos do Lula no Supremo", afirmou o senador, antes de deixar o local sob aplausos dos aliados.

A contestação não altera, por si só, o resultado proclamado pela Justiça Eleitoral. Até o encerramento da noite, os documentos apresentados não demonstravam fraude na contagem dos votos nem decisão judicial que anulasse o pleito. O questionamento de Flávio, entretanto, colocou no centro da mesa uma intervenção do STF que também provocou críticas públicas do próprio presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nunes Marques.

VIRADA JUDICIAL

A crise que marcou o fim da eleição começou horas antes do anúncio do vencedor. Durante a manhã de domingo, eleitores relataram dificuldades para chegar às seções eleitorais em Salvador, Feira de Santana e Lauro de Freitas, na Bahia. As reclamações envolviam a redução da circulação de ônibus, a demora nos pontos e a falta de transporte suficiente para atender à população, apesar da previsão de gratuidade no dia da votação.

A situação levou a Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV, a recorrer ao TSE. A coligação pediu que a votação fosse estendida até as 19h nos três municípios, sob o argumento de que a deficiência do transporte poderia impedir eleitores de exercer o direito ao voto.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Nunes Marques: situação gerou dificuldades na contagem dos votos

O problema já havia provocado decisões na Justiça Eleitoral baiana. Em Salvador, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) determinou o restabelecimento da frota integral de ônibus, com circulação equivalente à de dias úteis e gratuidade. Também estabeleceu multa de R$ 1 milhão por hora de descumprimento.

Uma segunda decisão previu, inclusive, a prisão em flagrante do secretário municipal de Mobilidade de Salvador, Pablo Souza, em meio às denúncias de ônibus parados nas garagens durante a votação. O secretário, no entanto, estava em Paris, na França, em missão oficial a convite do governo francês, segundo informou a Prefeitura de Salvador. A administração municipal também afirmou que ele retornaria ao Brasil nesta segunda-feira (26) para prestar esclarecimentos às autoridades.

No TSE, Nunes Marques adotou inicialmente outro caminho. Antes de decidir sobre a ampliação do horário, cobrou informações do tribunal baiano e manifestação do Ministério Público Eleitoral, ambos com prazo de meia hora. A preocupação era compreender a dimensão do problema e avaliar os efeitos de uma mudança no funcionamento das urnas.

A disputa chegou também ao Supremo. Acionado pela coligação Brasil Pronto Pra Mais, o ministro Cristiano Zanin determinou a prorrogação da votação por duas horas, até as 19h, em todas as seções eleitorais do país. A decisão foi tomada após o ministro receber, às 16h32, informações sobre a alegada insuficiência de transporte nos municípios baianos.

A decisão não ficou restrita à Bahia. Apesar de as denúncias sobre a falta de ônibus terem partido de três municípios, Zanin determinou a ampliação do horário de votação em todo o país. O problema é que, quando a ordem foi dada, a votação já havia terminado em milhares de seções eleitorais, que encerraram as atividades às 17h, conforme o horário estabelecido pelo TSE.

Posteriormente, diante de informações do TSE sobre urnas que já haviam sido fechadas, Zanin esclareceu que a prorrogação deveria ser cumprida nos locais onde a votação ainda não havia sido encerrada. Nas seções com urnas fechadas, os votos seriam contabilizados normalmente, sem reabertura dos equipamentos.

Foi essa diferença de tratamento, provocada pelo momento em que a decisão chegou, que alimentou o discurso de Flávio Bolsonaro. O candidato sustentou que a alteração comprometeu a igualdade de condições da disputa. A existência de seções encerradas e outras ainda em funcionamento, contudo, não comprova, isoladamente, irregularidade na apuração ou mudança no resultado eleitoral.

APURAÇÃO SOB PRESSÃO

A decisão do Supremo também provocou uma reação incomum no comando da Justiça Eleitoral. Ao anunciar a vitória de Lula, Nunes Marques reconheceu publicamente que a determinação de Zanin criou dificuldades para o encerramento da votação e a contagem dos votos.

Segundo o presidente do TSE, milhares de urnas já haviam sido fechadas quando a ordem chegou, e os equipamentos não poderiam ser reabertos. Para evitar que resultados fossem conhecidos enquanto ainda havia votação, o tribunal precisou bloquear temporariamente o recebimento dos boletins de urna, documentos que registram os votos de cada seção eleitoral.

A medida provocou um acúmulo de informações à espera de processamento e obrigou as equipes técnicas a reorganizarem os procedimentos.